

ARTIGOS

O ENTRE-LUGAR DA LEITURA

Evando NASCIMENTO¹

- **RESUMO:** Abordagem da questão da leitura a partir da obra teórico-crítica de Silviano Santiago, com ênfase nos livros *Uma Literatura nos Trópicos*, *Ora (Direis) Puxar Conversa!* e *As Raízes e o Labirinto da América Latina*. Propõe-se uma revisão crítica do modo como vem sido lido o conceito de “América Latina”, que informa as relações de parte do continente americano com a Europa e com os Estados Unidos. Repensar a leitura tradicional da latino-americanidade pode ser uma forma de ajudar o processo de descolonização cultural dos países englobados pelo conceito.
- **KEYWORDS:** Santiago. Leitura. América Latina. Descolonização.

No excelente ensaio *As Raízes e o Labirinto da América Latina*, Silviano Santiago (2006) aborda diversos temas e formas relativas ao Brasil e ao México, tomando como referências maiores os textos de Sérgio Buarque de Holanda (*Raízes do Brasil*)² e de Octavio Paz (*El Laberinto de la Soledad*)³. Não se trata de expor uma mera interpretação desses ensaios da década de 1930 e de 50 respectivamente, mas sim de propor uma metodologia de aproximação, a fim de evidenciar o funcionamento dessas “máquinas de escrita”, em suas convergências e contrastes. Num

¹ UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora. Faculdade de Letras. Juiz de Fora – MG – Brasil. 36015-450 – ebn12@bol.com.br

² Cf. HOLANDA, 1995.

³ Cf. PAZ, 1997.

e noutra caso, menos do que pensar os modelos nacionais (Brasil e México) tomados isoladamente, importa a Silviano Santiago perceber como as histórias específicas de países da chamada América Latina intervêm no processo supostamente linear da evolução do Ocidente.

Recorrendo à arqueologia de Michel Foucault, mas sobretudo, de modo explícito, à GRAMATOLOGIA de Jacques Derrida como forma de *approach*, Silviano busca expor os diversos paradoxos contidos nos discursos do intelectual brasileiro e do escritor mexicano, menos para “criticá-los” em sentido clássico, do que para elucidar o modo como articulam um discurso sobre a nacionalidade, a que se relacionam de forma complexa e, em muitos sentidos, paradoxal.

Seguindo os ensinamentos de Jacques Derrida, nosso interesse está sendo o de visar a uma relação entre o que o escritor comanda e o que não comanda. Ao se ausentar da *sua* linguagem no momento em que a consigna por escrito na folha de papel, ao *abandonar* a palavra viva, falada, ao leitor, o escritor perde totalmente o controle semântico do ensaio. (SANTIAGO, 2006a, p.98, grifo do autor).

Bem entendida a lição de Derrida, por meio do ensaio de Silviano, interessa muito pouco aqui recuperar um sentido que seja imanente a essa leitura – sabendo-se, aliás, que nenhum sentido é jamais imanente, sendo sempre o resultado de uma articulação do texto com o repertório do leitor e com o contexto em que se faz a leitura. Diferentemente, cabe puxar um fio que parece atravessar toda a obra de Silviano e que ficou **impensado** por seu autor-narrador-ensaísta, bem como por alguns de seus leitores.

A despeito do brilhantismo de *As Raízes e o Labirinto da América Latina*, sobressai ainda o desejo de inserção reflexiva no horizonte do que justamente se chama de “América Latina”. Ora, toda a questão atual é pôr em causa essa noção territorial, que se naturalizou pela sobreposição geográfica (América do Sul, Central e parte do Norte) em relação a aspectos étnicos e sociológicos. Faz-se urgente **desnaturalizar** essas fronteiras, a partir do questionamento do conceito altamente problemático de uma latino-americanidade essencializada. O ensaio seminal “O entre-lugar do discurso latino-americano”, de *Uma Literatura nos Trópicos* (1978) já comportava esse aspecto. Apesar de a noção de “entre-lugar” servir, em princípio, para marcar o lugar não-essencializado, a posição por assim dizer “indecidível” do outro que somos em face da Europa, o fato de endossar o conceito irrefletido (ao menos de forma cabal) de América Latina reenviava o subcontinente a uma essência plasmada no seio da Europa, como veremos logo em seguida. Antes disso, citemos o final antológico do ensaio, cuja primeira versão é de 1971:

Entre o sacrifício e o jogo, entre a prisão e a transgressão, entre a submissão ao código e a agressão, entre a obediência e a rebelião, entre a assimilação e a expressão, – ali, nesse lugar aparentemente vazio, seu templo e seu lugar de clandestinidade, ali, se realiza o ritual antropófago da literatura latino-americana. (SANTIAGO, 1978, p.28).

A noção de entre-lugar foi evidentemente forjada a partir do valor indecível do “entre”, que Derrida (1972) propõe a partir da escritura de Mallarmé.

Ora, o conceito de América Latina tem uma história bastante recente (pouco mais de um século), e isso explica alguns de seus problemas e impasses, que necessitam ser elucidados. Walter Mignolo (2005)

deu uma contribuição decisiva a esse respeito, com seu último livro *The Idea of Latin America*. Nesse ensaio, publicado dentro da coleção Blackwell Manifestos, Walter Mignolo reavalia o desenvolvimento do que chama de “idéia de América Latina”. Menos do que descrever a história desse suposto subcontinente, dentro de uma perspectiva crítica estabelecida pela tradição europeia moderna, Mignolo investe na “escavação” dos fundamentos da modernidade que permitiram a emergência da **idéia** de América Latina, na segunda metade do século XIX. Com esse gesto, o ensaísta põe em foco, de saída, dois problemas: 1- o projeto de modernidade, sob cujos efeitos ainda vivemos, é indissociável do processo de colonização, que tem início com as viagens marítimas, no final da Idade Média e na passagem para o Renascimento. A colonização fora da Europa é um fator-chave na modernização das diversas Metrôpoles; 2- a evidência de que a América Latina seja um conceito válido em si mesmo, e não um construto histórico, o qual faz parte da própria história da colonização como fundamento da modernidade europeia, deve ser inteiramente questionada.

Isso permite a Mignolo questionar a legitimação a priori de um conceito que, em vez de descrever uma situação geopolítica subcontinental (tal como o faria o correlativo mas bastante distinto conceito de América do Sul), correspondeu a uma necessidade em princípio da França de marcar sua presença no continente americano como radicalmente distinta da influência “anglo”, que já no século XIX vinha sendo configurada pelo papel hegemônico dos Estados Unidos. Adotada pelo que Mignolo chama de europeus (“brancos”, designação que não deixa de ter grande complexidade), *creoles* e mestiços das Américas, na verdade a designação dá continuidade ao projeto modernizador e colonial da Europa, distinguindo-se aí dois blocos de influência: uma proveniente de povos

europeus de origem não-latina (além dos anglo-saxões, os holandeses) e outra latina.

A **latinidade** foi então substancializada como **idéia** e, conseqüentemente, como **imago**, para enfrentar o crescente poderio estadunidense, reencenando assim, no nível continental das Américas, os conflitos típicos da modernidade europeia: a “propriedade” e hegemonia dos colonizadores, a reprodução do modelo de Estado-nação em terras não-europeias, a perpetuação das relações de subordinação. Esse último aspecto é decisivo para a crítica dos fundamentos da “idéia” de América Latina, pois com esta silencia-se a dominação dos indígenas e dos afro-descendentes, sob o rótulo genérico de “latinidade”: ou seja, uma “essência” latina, neo-romana, se perpetuando em terras da América. A despeito do modo sumário como lida com a tradição filosófica europeia,⁴ a grande contribuição de Mignolo está em pôr em questão (a partir do que chama de teoria e crítica **descolonizadora** – em vez de “pós-colonial” –, como herdeira “infidel” da crítica cultural da Escola de Frankfurt) a fetichização generalizada do conceito absolutamente neocolonial de América Latina, separando-a de modo nefasto da América do Norte, ou da “América” simplesmente. Perpetua-se assim o desejo francês de hegemonia, do qual a Espanha também tirou e tira ainda grande proveito. O intelectual colombiano José María Torres Caicedo foi uma figura central nos oitocentos para a justificação e a divulgação dessa “idéia”, na medida em que era um francófilo que ficou durante bastante tempo na França, mantendo relações com as esferas governamental e oficial do país. Para Mignolo (2005, p. 59), “‘Latinidade’ veio a referir um governo

⁴ Seria de suma importância re-pensar mais detidamente o papel de Hegel e Kant na reconfiguração da geopolítica mundial, a partir do projeto modernizador europeu indiciado por Mignolo; mas esse é um propósito que escapa ao escopo deste ensaio.

espanhol e português, bem como uma sociedade civil educada na América, que se voltou para a França e deu as costas para Espanha e Portugal.” Mignolo rompe assim com um fetiche conceitual de mais de um século.

Desconheço no Brasil qualquer intelectual que, apesar de toda a nossa singularidade histórica (com a herança múltipla: lusa, indígena, africana, além de outras etnias e nacionalidades, embora em menor número), tenha questionado o valor operatório do **dispositivo** histórico e geopolítico da América Latina. Com isso ficamos condenados a desempenhar o papel complementar (longe de qualquer “perigoso suplemento”) e por isso mesmo inferior, rebaixado, **subalterno**, de “outro” da América, a do Norte, supostamente a única a perpetuar de maneira inequívoca a herança européia deste lado do Atlântico. Do mesmo modo, o conceito, impensado em seus fundamentos, de latino-americanidade desconsidera em sua designação mesma as heranças não-européias que, curiosamente, é o que em princípio também legitimaria a “idéia” de América Latina: o fato de aqui mais do que “lá” (na América do Norte) a presença do outro dominado, rebaixado, subalternizado, se fazer mais marcante senão em poder efetivo, pelo menos em número. Claro está que a onda imigratória para os Estados Unidos (de que trata Silviano Santiago em *As Raízes* e o *Labirinto da América Latina* com a figura do *pachuco*, o mexicano colhedor de tomates na Califórnia, extraído do ensaio de Paz) vem modificando inteiramente o rosto de uma América WASP⁵, supostamente não-mestiça e “pura” em seus usos, costumes e língua.

O gentílico “latino-americano” é, pois, uma identidade fictícia, forjada como estratégia política para legitimar a disputa neocolonial da França contra

⁵ White Anglo Saxon Protestant (WASP).

a hegemonia dos Estados Unidos em continente americano. Serve, por natureza, mais para revalidar os aspectos colonizadores da Europa sobre uma parte do continente pan-americano, do que para um processo efetivo de des-colonização. Este último não deve se dar evidentemente como repúdio da herança européia (o que seria um retrocesso nacional-populista à la Hugo Chávez), mas urge que se possa repensar radicalmente o sistema aberto de “influências” e deslocamentos que tem sido todo o nosso legado cultural. Diante de um influxo cultural múltiplo (indígena, africana, européia em diversos estratos e, mais recentemente, estadunidense), cabe um remanejamento permanente de valores, ou seja, uma vasta **transvaloração**, em sentido nietzschiano, desse imenso lote (bom e mau), que é o nosso.⁶

Literatura e alteridade

Num outro ensaio intitulado “Destinos de uma carta”, republicado na coletânea *Ora (Direis) Puxar Conversa!*, Silviano Santiago (2006) desconstrói brilhantemente a correspondência entre o escrivão Pero Vaz de Caminha e seu Rei, a quem tudo o que for descoberto, ou “inventado” (em sentido etimológico, **inventar** significa encontrar o que já está lá), deve ser entregue. São os marinheiros junto com o capitão

⁶ Leopoldo Zea (2006), filósofo mexicano de extração marxista, sem propriamente pôr em questão o conceito de América Latina, foi um dos primeiros a tentar pensar o continente em seu conjunto, e não por meio de divisões estanques. Sobre isso, remeto a uma resenha que escrevi a propósito de dois livros de Zea, publicada no suplemento “Prosa & Verso”, d’O Globo (NASCIMENTO, 2006b). Do ponto de vista dos estudos culturais, a que Mignolo também se encontra vinculado, vale referir o trabalho de Alberto Moreiras (2001), *A Exaustão da Diferença*, que, embora sem pôr em dúvida em nenhum momento a “idéia” de América Latina, tenta repensar o valor de diferença a partir dos limites mesmo da latino-americanidade. Confirma também Avelar, 2003.

Cabral que “descobrem” ou **inventam** o futuro país chamado Brasil. Porém, a famosa **Carta** não deixa margem para dúvidas: tudo o que for encontrado deverá ser restituído, devolvido, entregue a seu legítimo proprietário, o Rei de Portugal. A posse é prévia a qualquer descoberta – estruturalmente é dever do súdito render graças ao Rei, agraciando-lhe com as posses que a Igreja, através da bula papal de 1493, lhe garante, segundo a partilha oficializada com o reino de Espanha. Como diz Caminha (1999, p. 10) no começo da missiva: “Não deixarei de dar minha conta a Vossa Alteza do achamento desta Vossa terra nova”.

Ao Rei tudo é dado, e este por sua vez nada dá em troca, a não ser evidentemente o estatuto de súdito legítimo e distinto para quem respeita a ordem da corte, sacralizada pelo Papa. É a semente do Senhor, a palavra de Deus, que garantirá a posse e a futura inseminação colonizadora das terras descobertas pela Coroa portuguesa.⁷ Assim, embora o Rei aparentemente nada dê em troca, tudo lhe é devido, antes mesmo de as terras terem vindo à luz para o continente europeu, por meio da suposta descoberta. Repete-se nesta parte da futura América o que já acontecera em terras de além mar, no outro lado do mundo, o distante Oriente. O modo como Silviano destrincha as cenas fundamentais descritas na Carta de Caminha detém uma argúcia que só encontra equivalente em *Uma Literatura nos Trópicos*, esse livro seminal da crítica cultural brasileira e quiçá mundial.

O ensaio de Silviano Santiago (2006), “Destinos de uma carta”, avulta como uma leitura potente da

⁷ O capítulo 5 do citado *As Raízes e o Labirinto da América Latina* (2006) desenvolve finamente o que chama de uma leitura **gramatológica** da semente e do semear (em sentido figurado e literal) evangelizador, econômico e político na Carta, em confronto com o pensamento de Sérgio Buarque de Holanda. Essa decerto é uma semente cujos frutos deverão retornar ao seu Senhor (Deus e/ou o Rei de Portugal).

Carta de Caminha quando identifica o marinheiro a um **perigoso suplemento**. Caminha, o escrevinhador, é o outro do Rei, ocupa o lugar de Thot, esse deus que precisou negociar com Thamous, para preservar seu invento, a escrita⁸. O marinheiro pode romper com a lei da economia colonial, tornando-se pirata ou mercenário, assassinando simbolicamente as autoridades que se apropriam dos bens que ele descobre e amealha: “Assassinados papa e rei, vida de corsário ou de pirata assumida, o marinheiro, na qualidade de *suplemento* maldito dos rituais de posse quinhentista, deveria ser perseguido e exterminado por ordem do papa e do rei para o bem da humanidade.” (SANTIAGO, 2006, p.233, grifo do autor).

O tema da alteridade do marinheiro como suplemento potencialmente perigoso remete ao que Derrida (2003) chama de “Oni-potência Outra” da literatura. Esta consiste em dar a ver o outro enquanto outro, não segundo a generalidade do “caso” e da “clínica”, mas conforme a alteridade efetiva, sua letra única, “singular e anônima”, potencialmente perigosa. Seu segredo divulgado (*secret affiché*). O tema do anonimato atravessa grande parte das produções de vanguarda, correspondendo a uma dessubjetivização indispensável em relação à ideologia romântica oitocentista (tal como foi o caso da poesia de João Cabral de Melo Neto, essencialmente **antilírica**). Duchamp foi certamente o mestre desse anonimato célebre, que também com outros termos informará a postura construtivista, inerente, por exemplo, ao concretismo brasileiro, na literatura, na arquitetura e nas artes. Porém, é preciso redimensionar hoje o tema do anonimato. Ele não se opõe mais a um retorno do sujeito, retorno talvez do que nunca foi, pois em Clarice Lispector e em Fernando Pessoa, dentre tantos outros “modernos”, o sujeito sempre esteve lá, vibrante, em grandes pulsações. O que se fez imperativo nos

⁸ Cf. DERRIDA, 1972; PLATÃO, 1989.

últimos anos foi tornar cada vez mais iniludíveis os jogos entre subjetividade e objetividade. Numa **correspondência literária**, é-se sempre o sujeito de um outro, de uma outra, como também se é o objeto desses mesmos outro e outra. A reversão é indecível, e o lugar de uma subjetividade plena, absoluta, fica assim dificultado não pelo tema da “falta”, que ainda alimentava o paradigma lacaniano, mas pelo da **deriva** (Deleuze) e da **alteridade radical** (Derrida). Para estes últimos pensadores, não há falta nem dívida ontológicas; há sim, em Derrida, leitor de Emmanuel Lévinas, uma relação com o outro que jamais se reduz à tipicidade ou à generalidade. O eu tem uma história, complexa, transversa, difícil, com o outro ou com os outros que o fundam como subjetividade. Antes do eu, o outro, esse é o aspecto principal da heteronomia irreduzível, que rasura em definitivo o grande tema liberal (ou neoliberal) da liberdade absoluta. Minha liberdade só se constitui em face do outro, pois é ele que me nomeia em meu anonimato original; e mesmo que eu venha a me rebatizar, recusando o nome que me deram e que me formou, precisarei sempre da confirmação do outro, para que me chame fulano ou beltrano. Não adianta eu mesmo me chamar sozinho de sicrano, é preciso que o outro confirme a nomeação, ele é o soberano, oni-potente, nesse reino em que me sou, eu desde sempre *outrado* (Pessoa), outro de mim mesmo.

Como diz Derrida (2003, p.58-59), a propósito da expressão forjada por Cixous:

[...] gostaria de tentar explicar o outro, o atributo ‘outro’, na expressão ‘Oni-potência-outra’. Essa potência própria à literatura consiste em lhes dar (um dom, genial e generoso), em dar a ler ao tempo que priva ou, antes, graças ao poder, graças à graça que lhes é feita de retirar ou de negar o poder ou o direito de decidir, separar

nitidamente realidade e ficção, testemunho e invenção, efetividade e fantasma, fantasma do acontecimento e acontecimento do fantasma, etc. Essa potência que os mantém sob a lei, ela lhes dá e retira o poder e o direito de ler, subtraindo toda soberania, fazendo com que vocês se dobrem a ela. É, portanto, propriamente falando, uma potência de heteronomia.

Não por acaso, um dos textos mais importantes de Clarice Lispector (1982), “A menor mulher do mundo”, comparece em nota de pé de página nesse grande manifesto do pós-colonial, que é *A Critique of postcolonial reason*, de Gayatri Spivak (1999, p.200, nota n. 5). Mas ali o outro, ou a outra “negra”, diminuta, pigméia, africana, se alinha a uma grande causa, a uma leitura conflitual e militante do feminismo e do anticolonialismo, no contexto pós-colonial. E, sobretudo, a personagem clariciana fica relegada a uma nota de pé de página.

Todavia, a protagonista nomeada (dentre outros modos) como Pequena Flor não é o “subalterno”, é aquela que se recusa a ser tratada como simples objeto de análise, ou índice taxonômico (LISPECTOR, 1982). E isso ela faz não porque se mantenha calada, resistindo a um princípio de troca, mas sim porque “fala” através de seu corpo, transforma o outro, seu outro, o explorador francês Marcel Pretre, que deseja simplesmente catalogá-la, em sujeito-objeto, vendo-se este assim desejado, posto no leito da outra, não clinicamente, mas de forma muito saudável, como objeto de um obscuro desejo – justamente **descolonizador**.

O conto de Clarice evoca sobretudo essas figuras que, a partir do século XIX, sinalizam todo um mundo em contraponto com a hegemonia dita “branca”, ocidental. Figuras tais a *negresse* no poema “O Cisne” de Baudelaire, ou a antilhana do mesmo poeta; a

negra e o gato preto, “borrões” no quadro Olympia de Manet e na cópia inventiva de Cézanne (Uma Moderna Olympia); mas principalmente o criado escravo, que, como o papagaio de Flaubert, vem da América, do outro lado do Atlântico, nesse que considero um dos mais importantes manifestos anti-colonialistas, “Um Coração singelo” (*Un Coeur simple*), com a inenarrável *Félicité*, que, apesar de “branca”, ocupa um lugar homólogo ao do negro e do papagaio, por ser uma “criada” (FLAUBERT, 1985).

Pois a minúscula pigméia, se é que deveríamos chamá-la assim, ou então simplesmente de **mulher** (qualquer taxonomia jamais será aqui neutra, sobretudo se vier associada ao adjetivo feminino “pequena”), passará por todos os estágios que o ato de nomear como classificação (associando ao mesmo tempo **significado** e **valor**) no Ocidente implica. Da botânica (Pequena Flor) à zoologia (“Escura como um macaco”), tudo a reduz à posição do sem-cultura, aquilo que não ascendeu à humana condição. Em determinado momento é comparada a uma boneca, tal como as crianças fizeram num orfanato com uma delas que tinha morrido, brincando com o cadáver. Todavia, seu desejo, expresso ao final, desmascara o processo de naturalização reificante que Marcel Pretre lhe empresta, re-convertendo a relação entre ambos em sujeito-objeto (ela) e objeto-sujeito (ele). Como outro do europeu, no texto de uma escritora brasileira nascida na Ucrânia, “A menor mulher do mundo” é o estrangeiro/a estrangeira, que habita as páginas da literatura de origem européia, estranhando-a desde dentro. De um continente a outro (Europa-África-América) é a potência heteronômica da literatura que emerge:

[...] a literatura continua sendo o lugar absoluto do segredo mesmo dessa heteronomia, do segredo como experiência da lei vinda do outro, da lei cuja legisladora

outra não é senão a vinda mesma do outro, nessa prova da hospitalidade incondicional, que nos expõe a isso antes mesmo de toda condição, toda regra, toda norma, todo conceito, todo gênero, todo pertencimento genérico e genealógico. A hospitalidade incondicional desse dom singular nos expõe e dispõe de nós antes mesmo que sonhemos em propor, convidar ou aguardar quem quer que seja de determinado. (DERRIDA, 2003, p. 59).

A indeconstrutibilidade do literário reside em sua força heteronômica e em sua possibilidade de fazer advir o outro enquanto outro, potência singular e anônima. Anônimo e singular é como define Silviano Santiago (2002) o lugar do leitor, mas por isso mesmo trata-se de lugar pessoal, intransferível. Nos melhores casos, pode-se dizer “Só eu, e ninguém mais, pude realizar esta leitura, em tais ou quais condições”. Essa é **minha** responsabilidade enquanto leitor: responder à altura da tarefa de que sou incumbido, a que sou convocado. Esse é também o grande tema clariciano do **chamado**, que se refere tanto aos bichos, quanto aos homens e mulheres, indecidivelmente.

Walt Whitman (1980, p. 415) traduz em versos o informe heteronômico do literário, irreduzível a qualquer dialética, a qualquer logocentrismo: “Still something not yet told in poesy’s voice or print – something lacking,/ (Who knows? The best yet unexpress’d and lacking.)”⁹.

Lembremos da dupla injunção, do *double bind*, proposto por Derrida em relação à leitura de grandes autores: **a fidelidade na traição**. Pois é por amor que fielmente se trai, por amor ao outro enquanto outro. É por saber que a identificação absoluta é

⁹ “Algo ainda não contado em voz poética ou impresso – algo que falta,/ (Quem sabe? O melhor ainda não expresso, que falta).” (WHITMAN, 1980, p. 415, tradução nossa).

impossível, identificação esta relacionada aos estados passionais, que se trai, que se diz ao outro: eu não sou você, “eu” é um outro, “seu” outro (seu sem ser seu, sem ser sua **posse**) e outro de mim mesmo, um eu **outrado**: “Para criar, destruí-me; tanto me exteriorizei dentro de mim, que dentro de mim não existo senão exteriormente. Sou a cena viva onde passam vários atores representando várias peças.” (PESSOA, 1986, p.160). Um amor sem traição ou pequenas infidelidades é romântico e destrói as duas alteridades, a sua mesma e a do outro. Para continuar amando, para ser o outro que se ama, que aprende e ensina pela razão mesma de amar, é que se trai, se diz e se faz o que o outro jamais diria ou faria. “Força de lei, esse segredo é sempre o poder de alguém. Não haveria segredo sem compromisso perante o outro. Sem fé jurada. Enquanto tal, este, um tal, é o segredo e ele exige o segredo.” (DERRIDA, 2003, p.30).

A Leitura infinita

O grande legado de um livro como *Uma Literatura nos Trópicos* (a meu ver, dentre as cinco obras mais importantes de crítica literária publicadas no Brasil) é ter ajudado a retirar do intelectual brasileiro e americano (em sentido totalmente continental, e não mais restrito aos Estados Unidos, nem muito menos referente à “América Latina”) todo complexo de inferioridade em relação à cultura européia. Tratava-se de um corte vertiginoso em relação a certo exílio de intelectual melancólico nos trópicos, e uma afirmação da singularidade brasileira na perspectiva de outras culturas. Arlequinal ao modo de Mário de Andrade, Silviano Santiago compunha as vestes de um escritor capaz de acrescentar um suplemento ao cânone ocidental, que ajudaria a repensar o fechamento do Ocidente a seus outros, àquilo que supostamente ele não é. Embora ainda utilizando o termo a meu ver

equivocado de “latino-americano”, nessa coletânea de ensaios dos anos 70 eram os artistas, pensadores, “atores” de um modo geral, que se viam liberados definitivamente para uma plena autonomia – sem arrogância, sublinhe-se – em face da Europa colonial e neocolonial. Se somos pobres ou subdesenvolvidos, “terceiro-mundistas”, é preciso pensar nossas questões em sua riqueza e pobreza, sem a miséria do intelectual que deveria ter nascido “lá”, bem longe de palmeiras e sabiás.

O único pecado original do livro seria, pois, subscrever, sem críticas, o conceito de latino-americanidade. Creio até que o termo possa ser mantido, porém cada vez mais **sob rasura**: dando a ler sua face neocolonial e abrindo a perspectiva de um mais além da força hegemônica que abriga. Numa passagem em que põe em foco o problema de saber se os personagens Caliban (canibal) ou Ariel, *d'A Tempestade*, de Shakespeare, serviriam como modelo para o que, apesar de tudo, ainda se chama de América Latina, Gayatri Spivak (1999, p.117), no ensaio já referido, observa: “Não é surpreendente que essa troca poderosa [de papéis] ainda exclua qualquer consideração específica sobre as civilizações dos Maias, dos Astecas, dos Incas, ou de nações menores do que agora se chama de América Latina.”

A questão da leitura, hoje, é menos a da deglutição e a da apropriação, como se tornou uma doxa a partir da tradição modernista, do que a de uma estética e mesmo uma erótica da leitura.¹⁰ A crítica amorosa de Barthes, a filosofia autobiográfica de Derrida e a lógica da diferença de Deleuze pouco têm a ver com um retorno ao paradigma bélico que a polêmica (de *pólemos*) e a antropofagia ainda detêm. Menos do que tomar o outro como inimigo a ser rendido, a tarefa da

¹⁰ Desenvolvi extensamente uma desconstrução da antropofagia na conferência “A desconstrução ‘no Brasil’: uma questão antropofágica?” (NASCIMENTO, 2006a).

leitura, tanto do ponto de vista crítico quanto criativo, é amorosa, visa a dar voz ao outro de que se parte, como uma caixa de ressonância, que re-imposta mas também altera a voz original, a “desvirtua”, dando-lhe uma outra virtualidade, uma nova vida.

Em vez de deglutição, assimilação e outras metáforas digestivas, impôs-se desde pelo menos os anos 70, a metáfora botânica, da disseminação da semente original, da perda do centro absoluto, com o **rizoma** tomando o lugar da arborescência. Se o ato de comer é constitutivo da subjetividade clássica, dentro do paradigma carnal-falo-logocêntrico (DERRIDA, 2004), trata-se de reinventar o lugar do sujeito como doador – aquele que **dá de comer** em vez de devorar, o outro. Aquele que torna possível **comer junto**, para melhor viver, enquanto super-vivência – e vive-se melhor junto, ainda que preservando-se as singularidades.

Remar juntos é partilhar, partilhar alguma coisa, fora de qualquer lei, de qualquer contrato, de toda instituição. Uma deriva, um movimento de deriva, ou de ‘desterritorialização’: eu o digo de uma maneira muito nebulosa, muito confusa, já que se trata de uma hipótese ou de uma vaga impressão sobre a originalidade dos textos nietzscheanos. Um novo tipo de livro. (DELEUZE, 2006, p. 322, grifo do autor).

Desse modo, essa estranha instituição chamada literatura, por definição **indesconstrutível**, se lança como força estranhante dos paradigmas culturais a que nos habituamos, mesmo em nome da virada cultural, que começa a soprar no final dos anos 60, e de que vai tirar proveito imensamente a literatura e a crítica de Silviano Santiago. Desconstrutora, a literatura desconstrói a si mesma ao menos como

hipótese de leitura, força ativa em busca de saídas para as situações aporéticas em que nos inserimos

É por força da admiração que se reencontra a verdadeira crítica. Hoje, a doença das pessoas é que elas não sabem mais admirar; ou então, são ‘contra’, aferem tudo por seus parâmetros, e tagarelam, e escrutam. Não convém proceder assim; é preciso remontar aos problemas que são formulados por um autor de gênio, para chegar àquilo que ele não diz *no* que diz, para daí extrair alguma coisa que ainda lhe devemos, embora com o risco de fazê-la voltar contra ele mesmo. É preciso ser inspirado, visitado pelos gênios que se denuncia. (DELEUZE, 2006, p. 179, grifo do autor).

Disseminar significa dizer de outro modo, ou dizer o que o autor jamais diria, na mais absoluta proximidade.

A deglutição antropofágica se encontra ainda do lado da metafísica do próprio, que funda a lógica da identidade e do complemento inerentes à tradição metafísica. O paradigma assimilativo induz retornar ao próprio, ao mesmo, ao solo egóico a partir do qual se fazem todas as guerras, todas as polêmicas, todos os colonialismos e territorializações. Em suma, tudo o que subsume a alteridade radical ao plano do já dito, conhecido, visto, idêntico. Interessa, com efeito, a força dissimilatória da *différance*, essa instância da diferença não opositiva, regida pela lógica do suplemento, que possibilita a reinvenção como vinda do outro, sempre imprevisível.

Duas tarefas se tornaram, portanto, mais do que urgentes hoje: 1- não colonizar a literatura, tornando-a objeto de apropriação; 2- não mitologizar a obra, nem seu autor. Toda a crítica e a correlata teoria deveriam servir para conectar os textos a fluxos, jamais interrompendo-os em uma monumentalização.

Durante décadas, críticos ergueram **suas** imagens (quer dizer, também a imagem **de si mesmos**) por meio das obras e dos artistas que louvaram. Nem iconoclastia, nem idolatria, caberia um olhar menos totalizante ou egóico, mais dadivoso – menos canonizador, em suma. A potência crítica com efeito **doa**, sem pedir retorno. Caso contrário, toda guarda é vã, todo dispositivo crítico-teórico inócuo.

Se, como diz Carlito Azevedo (2001), no belíssimo poema “As Banhistas”, “os nossos dois únicos modelos: a crítica e a língua/ estão mortos”, cabe, pois, reinventar a ambas, injetando-lhes outra vida.

NASCIMENTO, E. The inbetweeness of reading. **Revista de Letras**, São Paulo, v. 46, n. 2, p. 71-87, jul./dez. 2006.

ABSTRACT: *This text proposes a critical revision of the way the concept of “Latin America” has been read, which informs the relations between part of the American continent with both Europe and the United States, through an analysis of the question of reading in the theoretical-critical work of Silviano Santiago, especially the books Uma Literatura nos Trópicos, Ora (Direis) Puxar Conversa! and As Raízes e o Labirinto da América Latina. To rethink the traditional reading of the concept of Latin-Americanity can be a manner of helping the process of decolonization of the countries defined by this concept.*

KEYWORDS: *Santiago. Reading. Latin America. Decolonization.*

Referências:

AVELAR, I. **Alegorias da derrota:** a ficção pós-ditatorial e o trabalho do luto na América Latina.

Tradução de Saulo Gouveia. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2003.

AZEVEDO, C. **Sublunar:** 1991-2001. Rio de Janeiro: 7Letras, 2001.

CAMINHA, P. V. de. **Carta a El Rey D. Manuel.** 2. ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999.

DELEUZE, G. **A ilha deserta.** Coordenação de Luiz Orlandi. São Paulo: Iluminuras, 2006.

DERRIDA, J. **Le souverain Bien:** o soberano Bem.. Tradução de Fernanda Bernardo. Viseu: Palimage, 2004. Edição bilíngüe.

_____. **Genèses, généalogies, genres et le génie:** les secrets de l’archive. Paris: Galilée, 2003.

_____. **La dissémination.** Paris: Seuil, 1972.

FLAUBERT, G. Un coeur simple. In: _____. **Trois contes.** Paris: Bordas, 1985. p. 44-88.

HOLANDA, S. B. **Raízes do Brasil.** 26. ed. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.

LISPECTOR, C. **Laços de família.** 12. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1982.

MIGNOLO, W. **The idea of Latin America.** Malden: Blackwell Publishing, 2005.

MOREIRAS, A. **A Exaustão da diferença:** a política dos estudos culturais latino-americanos. Tradução de Eliana Lourenço de Lima Reis e Gláucia Renate Gonçalves. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001.

NASCIMENTO, E. A desconstrução “no Brasil”: uma questão antropofágica?. In: SANTOS, A. C. dos; DURÃO, F. A.; SILVA, M. das G. G. V. da (Org.). **Desconstruções e contextos nacionais.** Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006a. p.144-179.

_____. Zea e as fronteiras da civilização. **O Globo**, Rio de Janeiro, jan. 2006b. Suplemento Prosa e Verso, p.3,

PAZ, O. **El laberinto de la soledad**. New York: Penguin Books, 1997.

PESSOA, F. **Livro do desassossego, por Bernardo Soares**. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

PLATÃO. **Phèdre**. Tradução de Luc Brisson. Paris: Flammarion, 1989.

SANTIAGO, S. **As raízes e o labirinto da América Latina**. Rio de Janeiro: Rocco, 2006a.

_____. **Ora (direis) puxar conversa!**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006b.

_____. **Nas malhas da letra**. Rio de Janeiro: Rocco, 2002.

_____. **Uma literatura nos trópicos**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

SPIVAK, G. C. **A critique of postcolonial reason: toward a history of the vanishing present**. Cambridge: Harvard University Press, 1999.

ZEA, L. **Discurso sobre a marginalização e a barbárie: a filosofia latino-americana como filosofia pura e simplesmente**. Tradução de Luiz Gonzalo Espejo, Maurício Delamaro e Francisco Quintana. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

WHITMAN, W. **Leaves of grass**. New York: Penguin, 1980.